

Como a falta de automação ameaça a sobrevivência dos hospitais

Sempre acompanhei de perto as dores das instituições hospitalares. Uma das mais recorrentes era o processamento manual de contas médicas. Um trabalho extremamente técnico, demorado, sujeito a erros e que, quando falha, gera glosas, ou seja, valores que são deixados de receber por esses estabelecimentos. Isso compromete diretamente o fluxo de caixa e, em alguns casos, ameaça a própria operação de um hospital.

Philippe Nascimento (*)

Eu posso afirmar: é justamente no setor financeiro que se encontra um dos maiores gargalos da saúde brasileira.

Foi a partir desse desafio que desenvolvemos o Yantra BOT, uma solução de automação capaz de realizar a validação, o processamento e o fechamento de contas médicas em tempo recorde. Desde seu lançamento, em julho de 2023, o Yantra BOT já processou mais de R\$ 174 milhões em contas hospitalares, acelerando o faturamento de aproximadamente R\$ 173 milhões só nos últimos dezessete meses. Em números absolutos, foram mais de 412 mil contas processadas, com um nível de precisão que surpreende até os gestores mais céticos.

Para se ter uma ideia do impacto, processos que antes levavam até 21 dias para

serem concluídos agora são finalizados em pouco mais de 14 horas. Uma conta médica que, manualmente, demandava cerca de 10 minutos para ser fechada, e pode deixar de ser processada em menos de 1 minuto com o apoio da automação.

Não se trata apenas de ganho de velocidade: a automação reduz falhas humanas, permite ajustes contínuos nos processos ainda não automatizados, já que a ferramenta é constantemente atualizada conforme as necessidades e, acima de tudo, garante maior previsibilidade financeira, um ativo indispensável para a sustentabilidade de qualquer hospital.

Os dados da Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp) mostram que, em 2024, os hospitais associados deixaram de receber R\$ 5,8 bilhões em serviços prestados que foram glosados pelas



operadoras de saúde. Isso representa 15,89% do faturamento previsto para o ano, um aumento de quatro pontos percentuais em relação a 2023. Mais preocupante ainda é que apenas 1,96% dessas glosas foram consideradas justificáveis, indicando que a grande maioria poderia ter sido evitada com processos mais eficientes.

Um exemplo do impacto dessa transformação é o

estudo de caso apresentado no Healthcare Innovation Summit 2025: um hospital de médio porte, com cerca de 300 leitos, que implantou tecnologia de automação no setor de faturamento conseguiu reduzir as glosas em 60% nos primeiros quatro meses, elevando sua receita líquida em aproximadamente R\$ 4 milhões nesse período. O dado reforça o potencial da automação como estratégia de eficiência independente-

mente da solução escolhida, e comprova os benefícios práticos de se adotar processos automatizados em larga escala.

Esse valor pode representar ganhos significativos para o setor hospitalar e para a população, ao viabilizar um atendimento mais eficiente e humanizado, por meio da contratação de profissionais qualificados e do investimento em novas tecnologias.

Isso sem contar a questão da competitividade no mercado, já que o segmento enfrenta desafios como elevação dos custos operacionais e maior rigor regulatório. Dados do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS) mostram que, só em 2023, os custos assistenciais subiram 10,8%, superando a inflação acumulada no período. Além disso, segundo levantamento do Banco Mundial, o Brasil investe cerca de 9,6% do

PIB em saúde, mas enfrenta dificuldades em transformar esse volume de recursos em eficiência e qualidade na ponta.

E ainda, de acordo com o Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), o Índice de Variação do Custo Médico-Hospitalar (VCMH/IESS) registrou um aumento de 12,7% nos 12 meses encerrados em setembro de 2023. Esse índice reflete o crescimento das despesas assistenciais per capita das operadoras de planos de saúde. Embora os dados mais recentes disponíveis sejam de 2023, eles indicam uma tendência de alta nos custos assistenciais.

Portanto, não há como dissociar a qualidade do atendimento do equilíbrio financeiro. Afinal, não existe cuidado com o paciente sem um hospital financeiramente saudável.

Soluções de automação como o Yantra BOT, além de acelerar o processamento, oferecem uma visão clara e estratégica do faturamento hospitalar. Ela identifica falhas recorrentes, como a realização de exames sem autorização prévia, evitando que contas fiquem paradas por semanas ou mesmo meses.

Esse movimento de digitalização na saúde é corroborado pelos números: de acordo com o relatório HealthTech Report 2024, produzido pelo Distrito em parceria com a ABSS, o mercado de health-techs na América Latina, isto é, empresas que soluções tecnológicas voltadas para a área da saúde, cresceu 37,6% em 2024, movimentando mais de US\$ 253 milhões.

Como destaca o relatório Global Health Care Outlook 2025, da Deloitte, hospitais que investem consistentemente em automação registram uma melhora de até 25% na satisfação dos pacientes, além de 20% menos erros clínicos.

Esses dados mostram que estamos no caminho certo e que há um apetite real por soluções maduras, escaláveis e integradas às necessidades concretas dos hospitais.

Atualmente, nossa solução é amplamente utilizada por instituições privadas. Trabalhamos, inclusive, no desenvolvimento de estudos para expandir a automação para outras plataformas além do Tasy, um ERP hospitalar completo, projetado para centralizar e otimizar todas as etapas da operação hospitalar, melhorando eficiência, precisão e qualidade do atendimento, com o objetivo de tornar o processamento de contas mais eficiente em diferentes contextos e realidades operacionais.

Automatizar o faturamento hospitalar é garantir que o hospital tenha fôlego financeiro para continuar cuidando de pessoas.

Porque, sim, salvar contas também significa salvar vidas.

(*) CTO de ERP/IN da Weega Technologies.

LOGÍSTICA AMBIENTAL DE SÃO PAULO S.A. - LOGA

Data, Hora, Local. 05.09.2025, às 11h, de forma parcialmente digital, na sede, Avenida Marechal Marinho Guedes, 221, São Paulo/SP. **Presença.** Totalidade da capital social. **Mesa:** Aníbal Vargas Pereira da Silva (Presidente) e Lucas Rodrigo Feltre (Secretário). **Deliberações Aprovadas.** 1. Alterar no Estatuto Social. **1.1** As nomeações para o Conselho de Administração Municipal de Limpeza Urbana ("Zmlurb"). 1.2 A substituição do padrão das alíneas do Artigo 17 de letras para números, com a atualização das empresas de auditoria no item "ii" e a alteração do teor das antigas alíneas "d" e "i" pelas "iv" e "ix". **1.3** Altera as cláusulas referentes ao objeto social, às deliberações de Assembleia Geral de Acionista e de Diretoria, conforme nova redação dos Artigos 3º, 11 e 23 do Estatuto Social. **2.** Reformar e consolidar o estatuto social. **Encerramento.** Nada mais. São Paulo, 05.09.2025. **Acionistas:** **Revita Engenharia S.A.** - Por Arthur Longano Bevilacqua e Ângelo Teixeira de Castro Carvalho, **Latte Participações Ltda.** - Por Antônio Correia da Silva Filho e Ricardo Pelúcio, **Latte Saneamento e Participações S.A.** - Por Antônio Correia da Silva Filho e Ricardo Pelúcio, **JUCESP** nº 431.902/25-2 em 12.12.2025, Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Estatuto Social - Nome e Duração: **Artigo 1º** - Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA ("Companhia") - é uma sociedade por ações regida pelo disposto no presente Estatuto Social, pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada de tempos em tempos, e por acordos de acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia. A Companhia terá duração suficiente para o cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão definido no Artigo 3º, item "i", abaixo, e suas prorrogações e extensões, observado que, após o cumprimento de ditas obrigações, a Companhia terá prazo de duração indeterminado. **Sede Social:** **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, na Avenida Marechal Marinho Guedes, 221, Jaguaré, CEP 05348-010, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração. **Objeto Social:** **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social específico: (i) A execução do Termo Aditivo Modificativo 06/2024, ao Termo de Contrato de Concessão nº 027/550/2004, ("TAM") celebrado entre a Companhia e o Município de São Paulo, por meio da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo - "SP Regula" e em conjunto com o Município de São Paulo "Poder Concedente" - criada pela Lei Municipal nº 17.433/2020, sub-rogada à extinta Autoridade Municipal de Limpeza Urbana - AmLurb, para prestação de serviços de limpeza urbana no Agrupamento Noroeste, compreendendo os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de: (a) resíduos sólidos e materiais de varredura domiciliares e residenciais; (b) resíduos sólidos domiciliares não-residenciais, assim entendidos aqueles originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais, entre outros com características de Classe II a, conforme NBR 10004 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, até 200 litros por dia; (c) resíduos inertes, caracterizados como Classe II b pela norma técnica referida no item anterior, entre os quais entulhos, terras e sobras de materiais de construção que não excedam 50 (cinquenta) quilogramas diários, devidamente acondicionados; (d) resíduos sólidos dos serviços de saúde, conforme definições da Lei do Município de São Paulo nº 13.478/02, com redação dada pela Lei nº 13.522, de 19.02.2003; (e) restos de móveis, colchões, utensílios, de mudanças e outros similares, em pedaços, até 200 litros e resíduos sólidos originados em feiras livres e mercados, desde que corretamente acondicionados; (f) resíduos sólidos originados em feiras livres e mercados, desde que corretamente acondicionados; (g) tratamento térmico de resíduos; (h) geração e a comercialização de energia elétrica; (i) triagem e comercialização de material reciclável; (j) produção e comercialização de CDR (Combustível Derivado de Resíduos); (k) processos de Biosecação, Biodigestão e Compostagem. H) A prestação de serviços de interesse social, a serem definidos pela SP Regula, na forma das Leis aplicáveis, do TAM e da regulamentação pertinente; I) A realização de investimentos necessários à adequada execução dos serviços objeto do TAM e nos seus anexos e apêndices; e J) Execução de atividades acessórias ou complementares aos objetivos constantes dos itens acima, na forma e conforme autorizado pelo TAM. **§ Único.** Toda e qualquer alteração do objeto social da Companhia dependerá de prévia aprovação, por escrito, da SP Regula, ou entidade que vier a sucedê-la em suas funções. **Capital Social e Ações:** **Artigo 4º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito é de R\$ 60.650.000,00, dividido em 60.650.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia, exceto conforme previsto em lei e em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. **Artigo 5º** - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". **§ Único.** Toda e qualquer transferência de ações de emissão da Companhia, exceto exclusivamente a transferência de 1 ação de cada acionista para cada um dos membros do Conselho de Administração por ele eleito, dependerá de prévia aprovação por escrito da SP Regula ou entidade que vier a sucedê-la em suas funções. **Assembleia Geral de Acionistas:** **Artigo 6º** - As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. **Artigo 7º** - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social, de acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas. **Artigo 8º** - As Assembleias Gerais de acionistas, Ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, quando entender conveniente ou necessário e, ainda, a pedido de qualquer dos demais membros do Conselho de Administração, convocação que deverá ser acompanhada da descrição dos assuntos a serem tratados na Assembleia Geral. **Artigo 9º** - Sem prejuízo das formalidades previstas na legislação aplicável, os acionistas deverão ser convocados para as Assembleias Gerais da Companhia mediante comunicação enviada com, no mínimo, 8 dias de antecedência da data marcada para sua realização. Independentemente das formalidades referentes à convocação de Assembleia Gerais previstas neste Artigo, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **§ Único.** As Assembleias Gerais se instalarão nos termos previstos na legislação aplicável, exceção feita às Assembleias Gerais convocadas para tratar de matérias elencadas no Artigo 11 deste Estatuto Social, as quais somente poderão ser instaladas com a presença de todos os Acionistas. **Artigo 10** - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração indicado pela maioria dos acionistas presentes, sendo secretariadas por pessoa indicada pelo Presidente da Assembleia Geral. **Artigo 11** - As deliberações da Assembleia Geral serão adotadas por acionistas representando a maioria do capital votante da Companhia, exceto para as matérias abaixo, que requererão o voto favorável das acionistas que representem a totalidade do capital votante da Companhia: (i) qualquer aumento de capital da Companhia (exceto para incorporação de reservas ou imposição legal), desdobramento ou agrupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários da Companhia, conversíveis ou não em ações, inclusive, mas sem limitação, criação e emissão de ações preferenciais, debêntures, bônus de subscrição, partes beneficiárias ou opções de compra ou subscrição de ações; (ii) qualquer alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) a aprovação dos balanços, demonstrações financeiras e outros documentos previstos no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76; (iv) cisão, fusão, incorporação da Companhia por outra sociedade ou de outra sociedade pela Companhia, transformação ou outras formas de reorganização societária; (v) a eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, sujeito às regras deste Estatuto; (vi) a fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; (vii) a autorização aos administradores da Companhia para confessar falência ou pedir recuperação judicial; (viii) a não distribuição ou distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em montante diverso do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia; (ix) liquidação e dissolução da Companhia; (x) alienação e aquisição de ativos imobiliários e participações societárias; (xi) a contratação de empréstimos ou financiamentos mediante a prestação de quaisquer garantias pelas Acionistas; (xii) aprovação para a concessão, seja pela Companhia ou qualquer de suas controladas, de quaisquer avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações de terceiros, de qualquer dos Acionistas, Conselheiro ou outro administrador da Companhia ou de qualquer de suas controladas; (xiii) qualquer alteração do TAM, incluindo sua rescisão ou prorrogação, bem como da consequente alteração do Plano de Negócios Operacional da Companhia, ou da aprovação do novo Plano de Negócios Operacional da Companhia; (xiv) indicação de representantes para comparecerem a reuniões ou assembleias de sociedades das quais a Companhia seja sócia e das respectivas instruções sobre as matérias a deliberar; (xv) indicação de membros dos Conselhos de Administração e de Diretores, quando for o caso, nas sociedades nas quais a Companhia seja sócia; e (xvi) realização de negócios, contratos ou operações com os acionistas ou pessoas a elas direta ou indiretamente ligadas, assim entendidas as pessoas definidas como tal pela legislação fiscal, exceto em relação ao disposto no Termo de Acordo e Compromisso firmado em 02.10.2008 e aditado em 03.10.2011, 03.12.2014, 29.11.2018 e 15.12.2019. **§ 1º.** Os Acionistas concordam que nenhuma alteração ao Plano de Negócios Operacional da Companhia ou nenhuma aprovação de um novo Plano de Negócios Operacional da Companhia poderá ocorrer senão em razão de alteração do Contrato de Concessão. **§ 2º.** O Presidente da Assembleia Geral deverá abster-se de registrar qualquer deliberação tomada em desacordo com as disposições de acordos de acionistas registrados na sede da Companhia, na forma do Artigo 118 da Lei nº 6.404, de 15.12.76. **Conselho de Administração:** **Artigo 13** - O Conselho de Administração da Companhia será composto por 4 membros efetivos e 4 suplentes respectivos, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, observado o previsto no presente Estatuto Social e em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, sendo 1 deles o Presidente do Conselho de Administração. **§ Único.** O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 2 anos, admitida a reeleição, devendo seu término coincidir com o término do mandato da Diretoria. **Artigo 14** - Em caso de impedimento ou ausência de qualquer dos membros do Conselho de Administração, este deverá ser substituído por seu respectivo suplente. Na hipótese de renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração durante o mandato para o qual foi eleito, seu substituto será eleito em Assembleia Geral. **Artigo 15** - O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada 2 meses e, ex-

SERGIO STEPHANO CHOHFI – ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE CONVOCAÇÃO
Convocamos os acionistas da SERGIO CHOHFI ENGENHARIA E COMÉRCIO S.A. ("Companhia") para se reunirem de forma exclusivamente virtual, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 30 de dezembro de 2025, às 9:00 horas ("Assembleia"), para examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a aprovação do balanço patrimonial da Companhia datado de 30 de novembro de 2025; (ii) o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização parcial do saldo dos lucros auferidos pela Companhia, existentes na conta "Lucros Acumulados", constantes do balanço patrimonial da Companhia datado de 30 de novembro de 2025, com a consequente emissão de novas ações ordinárias e preferências da Companhia aos acionistas, proporcionalmente às ações de emissão da Companhia respectivamente detidas pelos acionistas da Companhia em 30 de dezembro de 2025; (iii) a distribuição de lucro aos acionistas detentores das ações preferenciais classe "D" da Companhia, sob a forma de dividendos, no termos do artigo 204, caput, da Lei das S.A., com base no saldo dos lucros auferidos pela Companhia, existentes na conta "Lucros Acumulados", constantes do balanço patrimonial da Companhia datado de 30 de novembro de 2025; (iv) a ratificação do integral pagamento do dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais classe "D", conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia; (v) a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações tomadas nos itens "i)", "iii)" e "iv)" acima; (vi) a consideração do Estatuto Social da Companhia; e (vii) a autorização para que os diretores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas em Assembleia. Os acionistas da Companhia que desejem participar da Assembleia deverão, até 28 de dezembro de 2025, enviar requisição do link de acesso à plataforma digital da Assembleia para o e-mail "roberta.chohfi@gmail.com", com solicitação de confirmação de recebimento. Os acionistas da Companhia que realizarem a requisição receberão da Companhia, por e-mail, link de acesso da plataforma digital em até 24 horas antes da realização da Assembleia. São Paulo, 22 de dezembro de 2025. **LUCIENNE DIB CHOHFI** - Diretora Presidente.

AGRUS AGROPECUÁRIA S/A

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE CONVOCAÇÃO
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2025.
Data, Local e Horário: Aos 27/10/2025, às 17h00, na sede social da Companhia, situada na Cidade de São Bernardo do Campo/SP, na Avenida Senador Vergueiro, nº 2123, conjunto 1205, sala 19, Centro, CEP 09750-001. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, diante da presença da totalidade dos acionistas, conforme registro no livro próprio mantido na sede social. **Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. **Caetano Alberto Pessina**, que convidou o Sr. **José Carlos O'Farrill Vannini Hausknecht** para secretariar a sessão. **Ordem do Dia e Deliberações:** 1) **Distribuição de dividendos.** O Sr. Presidente informou que a presente Assembleia tem por finalidade deliberar sobre a distribuição de dividendos com base nos lucros acumulados entre janeiro e setembro de 2025, conforme balanço intermediário levantado em 30.09.2025, ora aprovado. Após examinado e discutido, o balanço foi aprovado, deliberando-se a distribuição do montante total de **R\$ 1.312.577,04** (um milhão, trezentos e doze mil, quinhentos e setenta e sete reais e quatro centavos), na proporção da participação de cada acionista no capital social. Ficou estabelecido que o pagamento dos dividendos ora aprovados deverá ocorrer até **31 de dezembro de 2028**. 2) **Autorização para execução das deliberações.** Ficam os Diretores da Companhia autorizados a praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento das deliberações ora aprovadas. **Encerramento.** O Sr. presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso para discussão de outros assuntos de interesse da sociedade, e como ninguém se manifestou, determinou o encerramento da assembleia e redação da presente, a qual depois de lida e achada conforme foi assinada por todos os presentes. (a) Sr. Caetano Alberto Pessina - Presidente, José Carlos O'Farrill Vannini Hausknecht - Secretário; Acionistas: Sandra Pessina, Caetano Alberto Pessina, Arnaldo Pessina, Margot Weber, representada pelo seu procurador Caetano Alberto Pessina, Grévillea Participações Ltda, representada pelo seu administrador Caetano Alberto Pessina, Rímce Participações Ltda, representada pela sua administradora Bruna Pessina. Declaramos estar conforme o original. São Bernardo do Campo, 27 de outubro de 2025. **Caetano Alberto Pessina** - Presidente; **José Carlos O'Farrill Vannini Hausknecht** - Secretário. **JUCESP** nº 432.556/25-4 em 15/12/2025, Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Publicidade Legal





PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/05AB-63B4-70CC-73C3> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 05AB-63B4-70CC-73C3



Hash do Documento

84F7CB2CCA767F6507F2AB8C6090F320B0EE3308C0083E5C08958D0B4CA94CB0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/12/2025 é(são) :

- ☒ Lilian Regina Mancuso - 05.687.343/0001-90 em 19/12/2025 19:05 UTC-03:00
- Tipo: Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

Evidências

Geolocation: Location not shared by user.

IP: 172.16.4.6

AC: AC Certisign RFB G5

